



## 6º Congresso de Pós-Graduação

### POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TURISMO SUSTENTÁVEL HOTELEIRO.

#### Autor(es)

---

JULIANA PAGOTTO RE

#### Co-Autor(es)

---

IVENS SANTIAGO MARCONDES

#### Orientador(es)

---

YVENS SANTIAGO MARCONDES

#### 1. Introdução

---

Devido à implantação de uma política de incentivo ao ingresso de capitais, estrangeiros e de combate à inflação, o Turismo passa a ser tema das pautas de reuniões de planejamento do Governo e ganha instituição responsável para a gestão e coordenação do mesmo; o Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR, absorvida, hoje, pelo Ministério do Turismo.

Partindo do pressuposto de que a atividade turística fora se desenvolvendo com a distribuição de atribuições entre os órgãos gestores do Turismo, e o notório crescimento da atividade frente a outros setores da economia mundial devido a grande captação de divisas em contrapartida a utilização dos recursos físico-naturais de maneira avassaladora, fez-se necessário políticas que ordenassem a utilização dos recursos existentes de modo a tratar de questões que fossem centrais a qualquer iniciativa para desenvolver e sustentar a referida atividade. (OMT, p. 192, 2003)[1].

#### 2. Objetivos

---

Não se pode deixar de lado, a necessidade de ser gerada em todos (integrantes dos setores público e privado) uma consciência individual, pois esse é o ponto de partida para mudanças que poderão garantir um ambiente mais equilibrado e harmonioso a todos. A gestão ambiental não terá resultado se não houver uma mudança de comportamento a partir de cada indivíduo. (VIRTUOSO, 2004)[1].

De acordo com John,[2] o setor público influencia o turismo de várias formas e pode desempenhar um função no desenvolvimento do turismo sustentável, valendo-se de uma diversidade de meios que incluem os seguintes:

legislação e regulamentação;

Ø financiamento e incentivos fiscais;

Ø planejamento do uso do solo;

Ø planejamento de controle da construção, inclusive o papel das avaliações de impacto ambiental;

- Ø o fornecimento de infra-estrutura;
- Ø o exemplo que o setor público pode dar por meio de seu papel como ator atuante na indústria do turismo;
- Ø padrões oficiais;
- Ø a designação de áreas particulares para proteção especial;
- Ø controle do governo sobre o número de turistas

Todavia, é importante saber que, para ser bem sucedida, a política do setor público tem de ser coordenada efetivamente, entre:

- Ø diferentes departamentos do governo local;
- Ø órgãos de governo diferentes num mesmo país;
- Ø diferentes governos nos órgãos supra-governamentais.

Quanto aos incentivos fiscais, financiamentos e controle de fiscalização,

Verifica-se que o setor público pode intervir no turismo a fim de torná-lo mais sustentável, aplicando os seguintes métodos de acordo com John[3]:

- Ø o fornecimento de concessões, empréstimos sem juros e outros incentivos fiscais para projetos de turismo sustentável;
- Ø a arrecadação de impostos incidentes sobre atividades menos sustentáveis, como o uso de automóveis particulares em viagens turísticas;
- Ø a introdução de impostos sobre o turismo, que representem uma quantia fixa a ser paga pelos turistas, no uso de uma destinação, sendo que a renda assim gerada seria reinvestida para tornar o turismo mais sustentável.

### 3. Desenvolvimento

O planejamento turístico tem como meta responder às exigências da atividade, minimizar impactos negativos e receber as recompensas da mesma.

O processo de planejamento pode ser essencial para forçar um governo a refletir sistematicamente sobre o impacto total do Turismo. Como o desenvolvimento turístico geralmente exige que os setores público e privado desenvolvam grandes projetos de capital, a falta de planejamento pode resultar em erros onerosos. (OMT, p. 194, 2003)[1].

A noção de território, como um espaço socialmente construído e organizado, deve constituir no elemento-chave e norteador do processo de planejamento, buscando-se, desse modo, privilegiar os aspectos essenciais ao desenvolvimento turístico.

Recursos humanos, capacidade empresarial, tecnológica, estrutura produtiva, capital físico, institucional e social, conformam o território no qual se efetiva a “construção” turística; todas as atividades antrópicas dependem da utilização do meio ambiente e dos recursos naturais. Não há, como se pensar na continuação da vida sem a existência desses recursos, especialmente os renováveis – a água, o solo, o ar, a fauna, a flora, a energia solar.

Nem sempre os recursos que a natureza disponibiliza ao homem podem ser aproveitados em seu estado natural necessita-se transformá-los em bens que possam satisfazer as suas necessidades. É a partir desse momento em que o ambiente natural passa a ser degradado e explorado.

Assim, ingressamos na seara que podemos denominar de “gestão de riscos”, processo social que conduz ao planejamento e a aplicação de políticas, estratégias, instrumentos e medidas orientadas a impedir, reduzir, prever e controlar os efeitos adversos de fenômenos perigosos sobre a população, os bens e serviços e o ambiente. Ações integradas de redução de riscos através de atividades de prevenção, mitigação, preparação e atenção de emergências e recuperação dos impactos”.

Desarte, o turismo sustentável é aquele que atende aos desejos e necessidades do mais novo perfil de turista que visa à manutenção da originalidade e a autenticidade dos recursos.

Os fundamentos que norteiam essa inter-relação está na busca de encontrar o equilíbrio entre os interesses econômicos, o desenvolvimento planejado que preserve o meio ambiente e a recuperação da herança cultural.

Turismo Sustentável exige enfoque multidisciplinar, planejamento cuidadoso, regulamentos, envolvimento de

governos, empresas privadas, comunidades locais, ONG's e turistas.

Pode-se definir a política pública como conjunto de ações executadas pelo Estado, enquanto sujeito, dirigidas a atender às necessidades de toda a sociedade DIAS (2003)[2].

Também é possível conceituar política pública como um conjunto de regras e ações que são elaboradas e executadas pelo Governo, embasada numa ideologia para o benefício da coletividade, da população.

O papel do Estado, na organização do Turismo de forma sustentável, é de vital importância, pois estabelece os parâmetros do desenvolvimento da atividade nas suas prioridades e nos impactos sociais que afetam o bem estar da população. Segundo FELLINI (1973, p.73)[3], a atividade turística necessita de três componentes básicos:

a) Infra-estrutura de base: que compreende as condições de acesso (estradas, ferrovias, aeroportos, rodovias, hidrovias, etc) e as de caráter urbano (redes de energia, água, iluminação, esgotos).

b) Superestrutura turística: que é representada pelo conjunto de elementos que possibilitam a estada dos visitantes em determinado local (acomodação, alimentação, comércio, diversões, agências de viagens, lazer).

c) Indústria turística em sentido estrito: alojamento e alimentação (hotéis, *campings*, restaurantes, bares, pousadas).

#### 4. Resultado e Discussão

---

Diante desse cenário, estudiosos preocupados com o futuro da humanidade vêem como alternativa e redução desses impactos negativos a Gestão Ambiental. Para VIRTUOSO (2004)[1], ela surge como ferramenta que pode contribuir para a transformação desse contexto.

A Gestão Ambiental é uma alternativa que vem para criar um novo paradigma: função de administrar às práticas econômicas e sociais, levando-as ao uso racional dos recursos naturais, através de práticas de preservação e conservação que reduzam os impactos que o homem pode gerar a biodiversidade. Vê-se, através deste conceito de gestão ambiental, que sua execução de fato pode mitigar os processos de degradação do meio ambiente e potencializar os impactos positivos em um determinado espaço.

Sendo assim, o desenvolvimento do Turismo deve ser planejado

pelo Estado nas suas três esferas do governo, seguindo uma política pública previamente elaborada e aprovada. A política pública de Turismo estabelece metas e diretrizes que orientam o desenvolvimento sócio-espacial da atividade, tanto no que tange à esfera pública como no que se refere à iniciativa privada (CRUZ, 2002)[2].

#### 5. Considerações Finais

---

Infelizmente, não podemos ainda dizer que o turismo, apesar de ser um segmento que movimentava anualmente movimento bilhões de reais anualmente, nenhum dos métodos acima teve uso amplo no turismo.

Assim, a gestão pública faz-se desempenhar na teoria e como a mesma é pautada na prática, uma melhor compreensão do modelo de desenvolvimento sustentável, para as localidades que pretendam desenvolver políticas públicas para o Turismo, tendo em vista que, historicamente, os erros que o Brasil vem cometendo como afirma FILHO (2007)[1],

Embora a atividade turística tenha sido empregada, nos últimos tempos, como uma atividade estritamente econômica, reguladora das balanças comerciais, principalmente em se tratando em países de economias emergentes, acredita-se que a mesma possa cumprir um papel articulador e indutor do crescimento e desenvolvimento regional.

Faz-se importante ressaltar que o Turismo só terá uma base sólida se houver uma integralização de tal atividade com as demais atividades econômicas, de modo a atingir um planejamento sustentável.

## Referências Bibliográficas

---

- FELLINI, Lourdes. Turismo: uma atividade municipal. Porto Alegre: Est. 1983.
- VIRTUOSO, José Carlos. Desenvolvimento, Gestão Ambiental e Sustentabilidade: Compreendendo o Novo Paradigma. Disponível em:  
<http://www.espacoacademico.com.br/038/38cvirtuoso.htm>. Acesso em: 13 mar. 2008.
- CRUZ, Rita de Cássia. Política de turismo e território. São Paulo: Contexto, 2002.
- FILHO, João dos Santos. O turismo brasileiro: equívocos, retrocessos e perspectivas – o balanço que nunca foi feito. Disponível em:  
. Acesso em: 01 fev. 2008.
- DIAS, Reinaldo. Planejamento do Turismo: política e desenvolvimento do Brasil no turismo. São Paulo: Atlas, 2003.
- OMT. Turismo internacional: uma perspectiva global. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.
- SWARBROOKE, John. **Turismo Sustentável: Meio Ambiente e Economia**. São Paulo: Aleph, 2004. p. 5.